



The Observatory of Social
and Political Elites of Brazil

ISSN on line
2359-2826

Como os partidos brasileiros distribuem os recursos do Fundo Partidário? Evidências a partir das eleições de 2014

Bruno Marques Schaefer (ufrgs)

newsletter

v. 4 ▪ n. 5 ▪ setembro, 2017

universidade federal do paraná (ufpr) ▪ núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

Como os partidos brasileiros distribuem os recursos do Fundo Partidário? Evidências a partir das eleições de 2014

How do Brazilian parties distribute the resources of the Party Fund? Evidence from the 2014 Elections

Bruno Marques Schaefer (ufrgs) *

Resumo: A organização interna dos partidos políticos brasileiros não é muito estudada. Neste trabalho, proponho realizar uma contribuição à literatura tratando de responder à seguinte questão: como os partidos brasileiros distribuem os recursos do Fundo Partidário entre os estados? Por hipótese, considero que os partidos investem mais recursos nos estados em que já são fortes do ponto de vista eleitoral. Os resultados confirmam essa proposição, mas serão necessárias investigações futuras para determinar a força destas relações.

Palavras-chave: partidos; fundo partidário; organização; eleições; eleições de 2014

Abstract: The internal organization of the Brazilian political parties is not much studied. In this paper, I propose to contribute to the literature, trying to answer the following question: how do Brazilian parties distribute the resources of the Party Fund between states? By hypothesis, I believe that parties invest more resources in states where they are already strong from the electoral point of view. The results confirm this proposition, but future research is needed to determine the strength of these relationships.

Keywords: political parties; party fund; organization; elections; 2014 elections

Os recursos provenientes do Fundo Especial de Assistência Financeira aos partidos políticos constituem uma das principais fontes de receita dos partidos políticos brasileiros (se não a principal) (KRAUSE, REBELLO & SILVA, 2015; BOLOGNESI, 2016).

Em anos não eleitorais, como apontado por Krause et al. (2015), os partidos acabam por depender da Fundo para manter sua estrutura interna. Em anos eleitorais, no entanto, os principais partidos acabam por receber recursos de fontes privadas (até 2014 de pessoas jurídicas e físicas). Os pequenos partidos, no entanto, são muito mais dependentes das subvenções públicas.

O impacto do aporte de recursos públicos nas organizações partidárias foi extensamente estudado em sua dimensão externa (KATZ & MAIR, 1995), ou seja, na competição eleitoral.

Para alguns autores, os recursos públicos são uma reação dos atores políticos frente à contínua diminuição do papel representativo dos partidos e seu consequente afastamento da sociedade (ZOVATTO, 2004). O impacto desse processo seria o “congelamento” da competição partidária, com a formação de um cartel de partidos já consolidados.

Para outros autores, o aporte de recursos públicos poderia, ao contrário, incentivar a entrada de novos partidos, com o incremento da competição (TAVITS, 2006; 2008). Para Scarrow (2006), no entanto, os recursos estatais disponibilizados para o financiamento da atividade partidária poderiam ocasionar os dois processos, dependendo do contexto.

A dimensão interna da distribuição de recursos, no entanto, foi negligenciada em grande parte destes trabalhos. Poucos são os autores que tratam do efeito dos recursos públicos sobre a

competição *dentro* dos partidos políticos (CARLSON, 2010), de modo geral, e no Brasil, em particular (CAMPOS, 2009).

Neste trabalho, busco identificar como os partidos políticos brasileiros distribuem os recursos do Fundo Partidário para suas unidades subnacionais. Ou seja, quais os estados beneficiados pela elite nacional partidária e por quê.

Diferentemente dos trabalhos acima citados busco identificar quais as variáveis que impactam mais na distribuição dos recursos, e qual a força das mesmas, em termos comparados.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: na próxima seção trato de descrever como construí o banco de dados; depois apresento informações sobre o Fundo Partidário no Brasil, suas regulamentações e os montantes recebidos e distribuídos pelos principais partidos no ano de 2014; na terceira seção descrevo o modelo de forma mais detida e os dados utilizados; por fim, apresento os resultados do trabalho e teço considerações finais.

Materiais e métodos

Para realização deste trabalho construí um banco de dados com informações dos dez principais partidos brasileiros, quais sejam: PT, PMDB, PSDB, PR, PP, PSB, PSD, DEM, PDT, PTB. Os mesmos elegeram, respectivamente, 428 (83,43%) e 409 (79,72%) deputados federais, nas eleições de 2010 e 2014. Ou seja, possuem representações expressivas na Câmara Federal, além de terem participado com especial destaque de coalizões de governo e oposição no período¹.

As informações sobre as prestações de contas desses partidos se encontram disponíveis no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ali os partidos disponibilizam dados sobre quanto dinheiro foi transferido da Executiva Nacional para os Diretórios Estaduais e qual o valor que cada estado recebeu ao longo do ano. Escolhi o ano de 2014, pois se trata, aqui, de realizar um exercício exploratório de teste de hipóteses.

O banco de dados contou com um número de casos de 270 (dez partidos vezes as 27 unidades federativas).

A variável dependente (Y) foi a porcentagem de recursos que cada uma dessas unidades recebeu, contabilizando o total do partido. Por exemplo, se o partido A distribuiu 100 mil reais ao longo do ano de 2014, para todas as unidades, e o estado X recebeu dez mil reais, o valor de Y para o estado será 10% dos recursos. Este procedimento foi adotado para todos os partidos em todas as unidades.

As informações sobre as variáveis independentes (X) serão mais bem descritas na sessão do modelo de análise.

¹ Somente o PSD não participou da eleição de 2010.

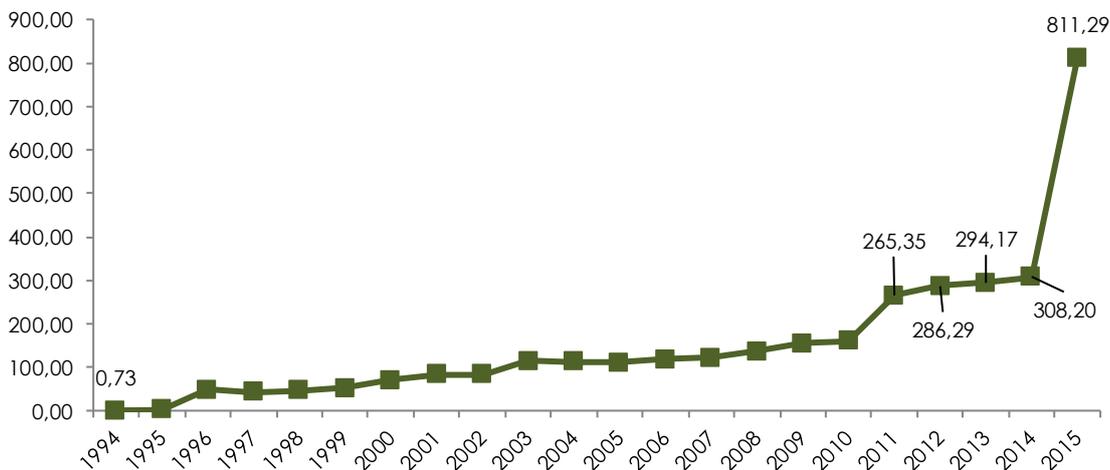
Fundo Partidário

As Executivas Nacionais dos partidos² recebem os recursos do Fundo Partidário mês a mês ao longo do ano. Após definidos os valores gerais do Fundo, composto por dotações orçamentárias diretas e multas devidas ao TSE, os partidos recebem os valores que lhes cabem: de maneira proporcional (95% distribuído de acordo com as votações da última eleição para a Câmara dos Deputados), e de maneira equânime (5% que são distribuídos a todos os partidos). Após isso, é de prerrogativa das Executivas distribuírem ou não os recursos e o seu montante para os diretórios estaduais.

Excetuando-se os 20% destinados legalmente à Fundação de pesquisas do partido, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP), de 1995, dá total liberdade às organizações para fazerem o que quiserem com os recursos, em termos da distribuição dos mesmos. Este nível de discricionariedade possibilitaria que as elites nacionais concentrassem todos os valores recebidos em sua própria esfera, deixando as direções estaduais sem recurso público algum. No entanto, como já apontado por Campos (2009), os partidos brasileiros tendem a distribuir recursos a suas subunidades, em graus diferenciados. Os dados apresentados pelo autor dão conta do período de 2003 a 2006, para dez partidos brasileiros³. Segundo Campos (idem), somente o PL, entre 2003 e 2005, concentrou todos os recursos do Fundo Partidário em sua Executiva Nacional.

Sobre os dados gerais do Fundo Partidário, expus no Gráfico 1 os valores totais destinados do Orçamento da União aos partidos políticos. Há um crescimento maior no período de 2014 a 2015, que coincide com a proibição, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), das doações de empresas para campanhas eleitorais. O aumento quantitativo do valor, neste sentido, indicou, uma reação da classe política frente à perda de uma fonte importante de receitas (Bolognesi, 2016).

Gráfico 1: Evolução da distribuição do Fundo Partidário (em milhões)



Fonte: TSE < <http://www.tse.jus.br/partidos/fundo-partidario>>. Elaboração do autor

² A Executiva Nacional é o órgão mais importante nos partidos brasileiros. Desta feita, a chamarei de “elite nacional partidária”, em contraposição às elites estaduais.

³ PT, PMDB, PFL (Atual DEM), PL (Atual PR), PP, PDT, PTB, PSDB, PSB e PPS.

A LOPP, de 1995, regula, em termos gerais, a distribuição do Fundo Partidário na dimensão externa (quanto cada partido ganha) e interna (como o partido gasta este dinheiro).

Quanto à primeira, os valores são distribuídos proporcionalmente e de forma equânime. Há, nesse sentido, tendência de concentração de recursos nos maiores partidos.

A legislação não cobra um comportamento específico das elites partidárias, podendo estas concentrarem todos os recursos na Executiva Nacional (centralização financeira), ou distribuir qualquer valor para as suas direções estaduais (maiores somas indicariam um caráter organizacional descentralizado financeiramente)⁴.

A tendência, no entanto, é de dispersão de recursos, principalmente nos maiores partidos brasileiros. Os dados são apresentados na próxima sessão.

Modelo de análise

Os dados trabalhados nesta newsletter são referentes aos dez maiores partidos que competiram no pleito de 2014.

Estes, em conjunto, abocanharam 77%⁵ do total de recursos distribuídos através do Fundo Partidário naquele ano (Gráfico 2).

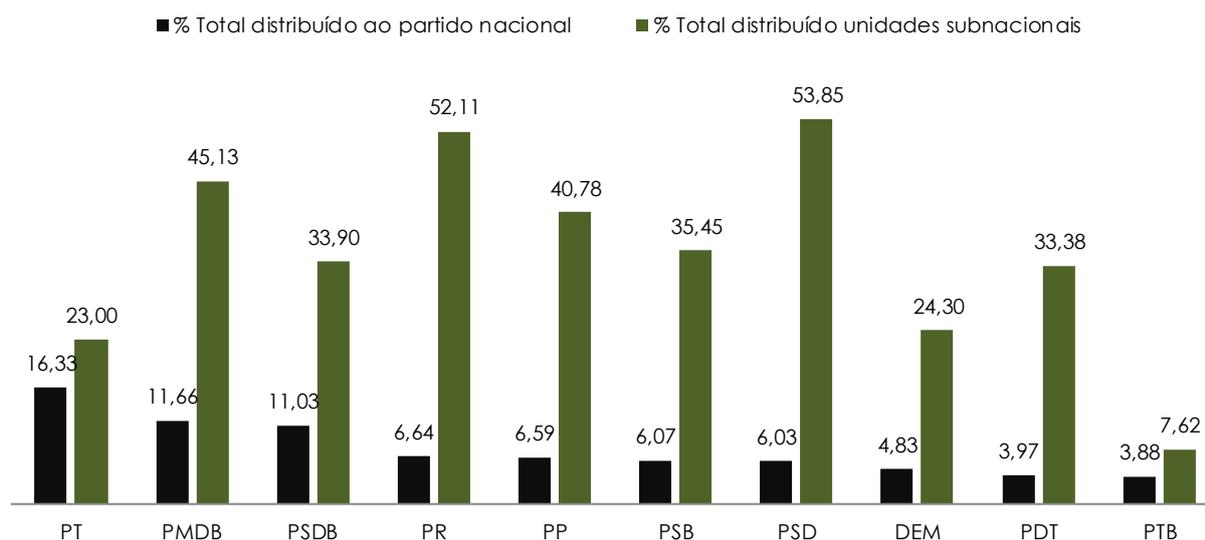
Em média, estes partidos distribuíram 34,9% dos recursos para suas Direções Estaduais, com grandes variações entre os casos. Enquanto que a elite nacional do PSD distribuiu mais da metade dos recursos recebidos (53,85%), o PTB distribuiu apenas 7,62% dos recursos que recebeu⁶.

⁴ A LOPP de 1971 regulamentava de maneira clara como se daria a distribuição interna: os partidos teriam que distribuir 80% dos recursos do Fundo Partidário para os estados, sendo que cada estado deveria distribuir 60% dos recursos recebidos para os municípios. Neste sentido, a regulamentação legal fortalecia a dispersão de poder dentro da organização.

⁵ Em termos absolutos, o valor foi de R\$ 281.658.778,74.

⁶ Os valores absolutos estão no anexo.

Gráfico 2: % Distribuição do Fundo Partidário



Fonte: TSE. <<http://www.tse.jus.br/partidos/contas-partidarias/prestacao-de-contas-partidarias/prestacao-de-contas-partidarias>>. Elaboração do autor.

Como apontado anteriormente, variável dependente (Y) é a porcentagem de recursos que cada estado recebeu da Direção Nacional, considerando o total do partido.

Ou seja, contabilizei o valor absoluto distribuído por cada um destes partidos a todas as suas subunidades e, posteriormente, considerei a porcentagem recebida por cada estado. Por exemplo: o PT distribuiu R\$ 13.730.908,98 de sua Direção Nacional para Direções Estaduais, no agregado. O Diretório Paulista foi destinatário de R\$ 1.232.308,08, ou 8,97% dos recursos.

Posteriormente, de maneira agregada, busquei identificar quais as variáveis que possuem relações significativas com a distribuição do Fundo Partidário.

O cálculo das elites partidárias nacionais, nesse sentido, poderia ser de viés eleitoral: os Diretórios mais bem-sucedidos eleitoralmente nas eleições anteriores (2010 e 2012), seriam “premiados” com fatias mais generosas do Fundo Partidário.

Este tipo de distribuição segue uma direção que, por falta de melhor nome, chamarei de “lógica de reforço”.

Os partidos premiariam os estados em que a presença organizacional é mais forte, bem como sua representação, tomando todos os estados em conjunto. Logo, o raciocínio seria o mesmo que o da construção da variável dependente: o partido A possui uma bancada na Câmara Federal que totaliza 10 deputados. No estado X, o partido possui dois deputados. Então, o estado X representa 20% da bancada federal do partido A.

Se a “lógica de reforço” for o imperativo do relacionamento entre a Direção Nacional partidária e as subunidades, poderíamos esperar então que o partido enviará para a Direção do estado X 20%, ou um número próximo a esse, do total distribuído a todos os estados. Em um exercício hipotético, se o partido A houvesse distribuído o valor total de R\$ 1.000.000,00 desde sua Direção Nacional para o conjunto dos estados, R\$ 200.000,00 (20%), iria, então, para o estado X.

Para testar a “lógica de reforço”, considerei o número de votos que o partido teve em 2010, para a Câmara Federal e respectivas Assembleias Legislativas, em cada estado, bem como os votos de 2012, nas eleições municipais. Como variáveis dicotômicas, considerei se o partido lançou, naquele estado, candidato ao Senado e/ou governador, em 2010⁷, e se tem Senador e/ou Governador no estado.

Em um segundo momento, testei o que pode ser chamado de “lógica de investimento”, considerando como variáveis independentes os candidatos lançados à Câmara Federal, Assembleias Legislativas, Senado e Governadorias na eleição de 2014.

Carlson (2010), em trabalho que buscou identificar a lógica de distribuição dos recursos públicos nos partidos japoneses, apontou que as elites partidárias do país, em âmbito nacional, buscavam distribuir recursos de maneira equânime para os distintos distritos. O único critério de diferenciação seria o nível de disputa, se majoritário mais recursos, se proporcional menos.

Adaptando os achados do autor em forma de hipótese, considerei que os estados em que o partido lança candidatos majoritários (Senado e/ou Governador) seriam mais beneficiados na distribuição de recursos do Fundo Partidário (Quadro 1).

Por último, considerei variáveis do que se poderia chamar de “política interna” dos partidos.

São variáveis organizativas (% filiados e organização do partido) e variáveis relativas a poder interno.

É crível pensar que o estado do presidente da Executiva Nacional do partido e/ou dos líderes partidários no Congresso será mais beneficiado na distribuição de recursos, assim como estados em que a proporção de filiados é maior e a organização se dá por Diretório e não Comissão Provisória.

⁷ Um dos partidos não foi contabilizado em 2010, porque ainda não existia (PSD).

Quadro 1: Modelo analítico

Variáveis	Operacionalização	Indicadores	Natureza	
Arena eleitoral (externa)	Lógica de Reforço	Eleições de 2010 e 2012	Votos recebidos nos pleitos anterior, % em relação ao total do partido (Deputados Federais e Estaduais Prefeitos e Vereadores)	Contínua;
			Candidatura Majoritária (Senado e/ou Governo)	Dicotômica
	Mandato		Possui Deputado Federal	Dicotômicas
			Possui Senador Possui Governador	
Arena organizacional (interna)	Lógica de Investimento	Eleições de 2014	% Candidatos (Deputados Federais e Estaduais)	Contínua
			Candidatura Majoritária (Senado e/ou Governo)	Dicotômica
	Política Interna	Organização	Filiados (%)	Contínua
			Organização Estadual (se Comissão Provisória, menos; se Diretório, mais)	Dicotômica
	Atores	Estado do Presidente da Executiva Nacional Estado do Líder partidário no Congresso (Senado e/ou Câmara)	Dicotômica	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Resultados e discussão

Para testar a hipótese de que a Direção Nacional do partido distribui recursos para os estados onde a organização partidária já é forte (lógica de reforço), e as demais lógicas (investimento e política interna) primeiramente rodei o teste Correlação de Pearson entre variáveis contínuas tendo como referência as eleições de 2010 e 2012, os candidatos proporcionais lançados em 2014, bem como os filiados (Tabela 1).

No nível agregado, existem correlações significativas, porém moderadas ou fracas.

A variável “% de Filiados” foi a relação mais forte ($r^2=0,528$), ao lado de “Votos para Deputado Federal em 2010” ($r^2= 0,506$).

Os resultados apontam que há uma lógica de distribuição de recursos que visa o reforço a bases políticas já consolidadas. No entanto, as relações não são tão robustas estatisticamente.

Também existe, entre as variáveis testadas, alto índice de colinearidade.

Ou seja, as variáveis explicativas estão relacionadas: as porcentagens de votos para a Câmara Federal estão relacionadas aos votos para Assembleia e assim por diante.

A relação mais significativa, no entanto, é entre a porcentagem de votos a prefeito e a porcentagem de votos a vereador ($r^2= 0,956$).

Tabela 1: Variáveis contínuas (correlação de Pearson)

	(Y)	Reforço				Investimento	
	% Distribuição	Deputado Federal 2010	Deputado Estadual 2010	Prefeitos 2012	Vereadores 2012	Candidatos Deputado Federal 2014	Candidatos Deputado Estadual 2014
Reforço	% Votos Deputado Federal 2010	,506**	1				
	% Votos Deputado Estadual 2010	,374**	,875**	1			
	% Prefeitos 2012	,335**	,604**	,625**	1		
	% Vereadores 2012	,369**	,659**	,659**	,956**	1	
Investimento	% Candidatos Deputado Federal 2014	,499**	,669**	,695**	,443**	,513**	1
	% Candidatos Deputado Estadual 2014	,484**	,557**	,579**	,387**	,448**	,783**
Política Interna	% Filiados	,528**	,754**	,745**	,704**	,791**	,753**

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Fonte: TSE.

Apesar do teste de correlação não possibilitar afirmações sobre possíveis causalidades, mas relações (Figueiredo Filho & Silva Junior, 2009), é necessário considerar o aspecto temporal das mesmas. As variáveis explicativas, neste sentido, são anteriores a variável dependente.

Dito de outra forma: as votações do partido em 2010 e 2012, a formalização de candidaturas em 2014, e o número de filiados no estado, ocorrem antes da distribuição de recursos do Fundo Partidário.

Neste sentido, os coeficientes indicam um grau de coordenação moderado em que as Executivas Nacionais distribuem recursos de maneira a privilegiar suas subunidades mais fortalecidas eleitoralmente e organizacionalmente, principalmente em eleições de âmbito nacional e estadual. Os coeficientes mais baixos são aqueles relacionados a disputa municipal.

Para testar a hipótese de que onde o partido lança candidatos majoritários, em nível estadual, constitui um destino maior de recursos do Fundo Partidário, utilizei testes de diferença de médias. Como se tratam de variáveis *dummy* (dicotômicas), a visualização dos resultados se torna mais clara.

O teste T possibilita a observação das médias quando dado fenômeno acontece (1), e quando não acontece (0).

As relações, no entanto, não foram significativas, de modo geral⁸.

Ou seja, não existe diferença significativa de médias considerando-se, no agregado, os dados analisados.

⁸ Apenas duas variáveis tiveram significância estatística: ter deputado federal no estado e poder interno (estado do presidente do partido e/ou do líder partidário no Congresso – Câmara e/ou Senado).

Dito de outra forma, apesar de que, em média, as seções estaduais do partido que competem no nível majoritário recebem mais recursos do que as seções estaduais que não competem, esta relação não possui significância estatística. Os valores são próximos.

Na tabela 2 podemos observar que a maior diferença, no caso das candidaturas, se dá no caso do lançamento de candidato ao governo estadual em 2010 e 2014.

Tabela 2: Variáveis dicotômicas (diferença de médias)

	Variável	Indicador	Média	N	Desvio Padrão
Arena Eleitoral	Deputado Federal	Não	2,06	87	1,72
		Sim	4,48	183	4,79
	Senador	Não	3,72	203	4,65
		Sim	3,66	67	2,50
Reforço	Executivo Estadual	Não	3,59	135	3,42
		Sim	4,27	27	2,55
	Candidato Senado 2010	Não	3,57	156	4,65
		Sim	3,95	87	3,71
	Candidato Governo do Estado 2010	Não	3,54	177	4,28
		Sim	4,13	66	4,48
Investimento	Candidato Senado 2014	Não	3,49	196	4,33
		Sim	4,27	74	3,88
	Candidato Governo do Estado 2014	Não	3,37	196	4,13
		Sim	4,58	74	4,33
Política Interna	Poder Interno	Não	3,25	246	3,65
		Sim	8,38	24	6,41
	Organização	Comissão Provisória	3,34	78	3,83
		Diretório	3,91	138	3,67
Geral	Total		3,70	270	4,22

Fonte: TSE, Câmara dos Deputados, Senado.

As maiores diferenças de médias, considerando todas as variáveis, ocorrem nos casos de estados em que existem lideranças que controlam o partido em sua dimensão interna (Presidente da Executiva Nacional), e na sua dimensão de atuação parlamentar (Líder partidário no Congresso – Câmara dos Deputados e/ou Senado), bem como nos estados em que o partido possui ao menos um deputado federal.

Nestes casos, a seção estadual tende a receber mais recursos da Executiva Nacional do que as demais: no nível agregado, por exemplo, os estados originários dos presidentes das Executivas Nacionais e dos líderes partidários no Congresso (Câmara e Senado), receberam 8,38% dos recursos do Fundo Partidário em 2014, contra 3,25% dos demais estados.

Considerações finais

Os partidos brasileiros tendem a distribuir recursos onde já são fortes, ou ao menos têm bases mais consistentes.

Ao contrário do caso japonês, analisado por Carlson (2010), os partidos brasileiros parecem não privilegiar a competição majoritária (em detrimento da proporcional), no sentido de que não existem diferenças significativas na distribuição de recursos.

Trabalhei com a distribuição do Fundo Partidário e não com a distribuição de outros tipos de recursos financeiros (provenientes de pessoas físicas ou jurídicas).

Provavelmente a distribuição de recursos privados, principalmente empresariais, tenderá a se concentrar nos locais onde o partido lança candidatos majoritários e estes têm chance real de vitória.

No que concerne à dinâmica intrapartidária de distribuição de recursos públicos, no entanto, parece que os partidos brasileiros tendem a privilegiar os estados em que já possuem bases eleitorais e organizacionais, mas principalmente lideranças com poder interno.

As Executivas Nacionais, detentoras do poder de distribuir os recursos, se caracterizam por uma lógica de retroalimentação. Os estados do Presidente e do Líder Partidário, membro nato das Executivas em todos os partidos analisados (Ribeiro, 2014), são os mais beneficiados, em nível agregado.

Desta forma, há uma sobreposição de lógicas, em que o reforço não é somente eleitoral, mas também vinculado a quem, efetivamente, tem poder interno.

Este achado, no entanto, é inicial e deve ser complementado com mais dados e especificação de casos.

Referências

- Bolognesi, Bruno. 2016. Dentro do estado, longe da sociedade: a distribuição do fundo partidário em 2016. Newsletter. *Observatório de elites políticas e sociais do Brasil*. NUSP/UFPR, v.3, n.11, julho. p. 1-15.
- Campos, Mauro M. 2009. *Democracia, partidos e eleições: os custos do sistema partidário-eleitoral no Brasil*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- Carlson, Matthew. 2010. Financing democracy in Japan: The allocation and consequences of government subsidies to political parties. *Party Politics*, 18 (3), p. 391 – 408.
- Figueiredo Filho, Dalson B.; Silva Junior, José Alexandre. 2009. Desvendando os mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). *Revista Política Hoje*, vol. 18, n. 1.
- Katz, R.; Mair, P. 1995. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. *Party Politics*, 1 (1), p. 5-28.

- Krause, Silvana; Rebello, Maurício Michel; Da Silva, Josimar Gonçalves. 2015. O perfil do financiamento dos partidos brasileiros (2006-2012): o que as tipologias dizem? *Revista Brasileira de Ciência Política*, 16, p. 247-272.
- Ribeiro, Pedro Floriano. 2013. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 10, p. 225-265.
- _____. 2014. Em nome da coesão: parlamentares e comissionados nas executivas nacionais dos partidos brasileiros. *Revista de Sociologia e Política*, 22 (52), p. 121-158.
- Scarrow, Susan E. 2006. Party subsidies and the freezing of party competition: do cartel mechanisms work? *West European Politics*, 29 (4), p. 619-39.
- Tavits, Margit. 2008. Party Systems in the Making: The Emergence and Success of New Parties in New Democracies. *British Journal of Political Science*, 38 (1), p. 113-133.
- _____. 2006. Party Systems Change: Testing a New Model of New Party Entry. *Party Politics*. 12 (1), p. 99-119.
- Zovatto, D. 2004. Dinero y Política en América Latina: una visión comparada. In: *Cuaderno de Ciencias Sociales* 130. San José, Costa Rica: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO).

Anexo

Tabela 3: Distribuição do Fundo Partidário (Valores absolutos).

partidos	total distribuído ao partido – nacional	% total distribuído ao partido nacional	total distribuído às unidades regionais	% total distribuído unidades subnacionais
PT	59.703.023,70	16,33	13730908,98	23,00
PMDB	42.641.017,20	11,66	19242617,97	45,13
PSDB	40.340.065,26	11,03	13674999,71	33,90
PR	24.287.142,07	6,64	12656044,86	52,11
PP	24.089.577,19	6,59	9823600,00	40,78
PSB	22.181.939,20	6,07	7863052,66	35,45
PSD	22.044.545,55	6,03	11871500,00	53,85
DEM	17660791,97	4,83	4290846,67	24,30
PDT	14.516.976,90	3,97	4845905,00	33,38
PTB	14.193.699,70	3,88	1081000,00	7,62

Fonte: TSE. Elaboração do autor

Recebido em 20 agosto 2017. Aceito em 10 setembro 2017.

Bruno Marques Schaefer é Graduado em Ciências Sociais na UFRGS. Foi bolsista de Iniciação Científica (PROBIC/CNPQ) no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no projeto: "De *outsiders* a desafiadores: novos partidos políticos na Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela". Atualmente, cursa o mestrado em Ciência Política na UFRGS, com bolsa do CNPq, realizando pesquisas sobre Legislativo e Partidos Políticos. E-mail: brunomschaefer@gmail.com

como citar:

Schaefer, Bruno Marques. 2017. Como os partidos brasileiros distribuem os recursos do Fundo Partidário? Evidências a partir das eleições de 2014. **Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR**, v. 4, n. 5, p. 1-16. ISSN 2359-2826

Normas para colaboração



A **Newsletter do Observatório de elites políticas e sociais do Brasil** aceita somente notas de pesquisa originais. Elas devem apresentar resultados substantivos de pesquisas empíricas a partir da análise de dados e evidências ainda não publicados. As notas de pesquisa devem conter até 4,5 mil palavras. A decisão sobre sua publicação cabe ao Editor a partir da avaliação de dois pareceristas. Os manuscritos submetidos serão avaliados através do sistema duplo-cego.

O resumo das notas de pesquisa deve ser redigido no formato IMRAD (introdução, materiais e métodos, resultados e discussão). O título da nota de pesquisa deve conter até 150 caracteres com espaços. Cada nota de rodapé deve conter no máximo 400 caracteres com espaços. As referências bibliográficas utilizadas serão apresentadas no final da nota de pesquisa, listadas em ordem alfabética obedecendo ao padrão Harvard autor-data.

As contribuições devem ser submetidas aos Editores através do endereço eletrônico: uelites@gmail.com

Copyright© 2017



observatory of brazilian political and social elites
núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR. ISSN 2359-2826

editores: Adriano Codato (ufpr); Wellington Nunes (ufpr)

conselho editorial: Bruno Bolghesi (ufpr); Bruno Speck (usp); Cláudio Gonçalves Couto (fgv-sp); Débora Messenberg (unb); Emerson Cervi (ufpr); Ernesto Seidl (ufsc); Flávio Heinz (ufpr); Frederico Almeida (unicamp); Lucas Massimo (ufpr); Luiz Domingos Costa (uninter/puc-pr); Maria Teresa Kerbauy (unesp); Paulo Roberto Neves Costa (ufpr); Pedro Floriano Ribeiro (ufscar); Renato Monseff Perissinotto (ufpr); Samira Kauchakje (puc-pr)

Financiamento: CNPq. Processo n. 477503/2012-8

observatório de elites políticas e sociais do brasil

universidade federal do paraná – ufpr

núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira – nusp

rua general carneiro, 460 sala 904

80060-150, curitiba – pr – brasil

Tel. + 55 (41)33605098 | Fax + 55 (41)33605093

E-mail: uelites@gmail.com ▪ URL: <http://observatory-elites.org/>

One of the purposes of the observatory of elites is to condense knowledge and aggregate scholars in this field of study in Brazil through the sharing of information.

Rights and Permissions

All rights reserved.

The text and data in this publication may be reproduced if the source is cited.
Reproductions for commercial purposes are forbidden.

The **observatory of brazilian political and social elites** disseminates the findings of its work in progress to encourage the exchange of ideas. The papers are signed by the authors and should be cited accordingly. The findings, interpretations, and conclusions that they express are those of the authors and not necessarily those of the **observatory of brazilian political and social elites**.

Newsletters are available online at <http://observatory-elites.org/> and subscriptions can be requested by email to uelites@gmail.com.